Tarcísio de Souza Gaspar

O fermento da rebeldia

A circulação de boatos em uma sociedade majoritariamente iletrada esteve na base das insurgências na Minas setecentista, prolongando-se na Inconfidência Mineira, na qual elementos dessa oralidade se conjugaram com o ideário da Ilustração e o exemplo das colônias inglesas recém-libertadas.

O ano de 1789, inaugurador de uma nova realidade política na colônia, teve alicerces fincados no passado. Foi arauto do futuro e protetor das tradições que viria a destruir. O paradoxo não passou despercebido. Alexis de Tocqueville legou-nos uma Revolução Francesa retrospectiva, filha das tensões que vinham se acumulando há muito, ao longo do *Ancien Régime*. Daí o motivo pelo qual houve certa razão em questionar-se o "mito" de uma revolução burguesa utopicamente desenraizada.[1] A Inconfidência Mineira, irmã precoce e fracassada de "Marianne", não recebeu tratamento comparável, seja no número de obras que lhe foram dedicadas – diminuto, apesar do que por vezes se afirma, caso consideradas apenas as pesquisas de fôlego – seja na originalidade e na densidade das interpretações. Desde o século XIX, tem-se indagado a respeito da célebre passagem em que Tiradentes propunha "restaurar" as Minas, sem que, até o presente, a meada de seus pensamentos se tenha desembaraçado – como profetizou o próprio.

Ocorreram tentativas que remontam à época. Em 1788, o ministro Martinho de Melo e Castro, na instrução dada ao governador de Minas Gerais, Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, visconde de Barbacena, detalhou o histórico renitente dos vassalos locais, sem dúvida os que "custaram mais a sujeitar e reduzir à devida obediência e submissão". Quando Barbacena descobriu a nova ameaça que o cercava, já estava iniciado na matéria das sublevações sucedidas em Minas ao longo da centúria. Quem sabe, fora precisamente por conhecer esse passado que o governador tomara, em março de 1789, a resolução preventiva de suspender a cobrança da derrama, evitando assim consequências indesejáveis, mas previsíveis.[2]

O primeiro autor a procurar no passado certos traços iluminadores da Conjuração foi Lúcio José dos Santos. Ao contrário de seu antecessor, o historiador Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que havia qualificado o movimento como um ajuntamento de poetas e letrados inspirados no pensamento iluminista e no exemplo da independência das colônias da América Inglesa, Lúcio José dos Santos considerou o histórico conflituoso das Minas uma peça importante na explicação da Inconfidência. Por isso dedicou o terceiro capítulo de sua obra consagrada ao tema a discutir a rusga entre paulistas e emboabas (1708-1709), primeiro entrevero "nacionalista" ali verificado, a que teriam se seguido os percalços relativos à cobrança do quinto na década de 1710, estendidos até a Revolta de Vila Rica em 1720. Desde então, fora se desenvolvendo entre os mineiros a "idéia de revolta e independência", resultante de "uma cadeia de sofrimentos, de lutas e resistências que se vai prender aos primeiros anos da colonização de Minas Gerais".[3]

O ensejo regressista foi captado por Francisco Iglésias, prefaciador da obra, em sua segunda edição, de 1972. Segundo Iglésias, a "história da região é uma série de lutas, que começa em 1708 com a chamada Guerra dos Emboabas e continua com motins em diversos pontos, de maior ou menor vulto". Após a mencionada Revolta de Vila Rica, suceder-se-iam ainda outros "levantes, sedições, motins, conjurações a perturbar permanentemente o delegado da Coroa". A história das Minas poderia ser entendida como "sequência de lutas" encarrilhadas num contínuo de "contestação do domínio estrangeiro". O ponto culminante desse processo teria sido a conjuração ou, no limite, a conquista da Independência em 1822, três décadas depois do suplício de Tiradentes.[4] José Honório Rodrigues relembrou os motins que haviam chacoalhado o controle da Coroa portuguesa em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII e concluiu: "quando Tiradentes aparece na cena histórica, havia sido precedido por outros bravos, que não se conformavam com a espoliação colonial". O alferes não havia sido figura isolada, "no sentido de que já se estabelecera uma espécie de tradição revolucionária mineira".[5]

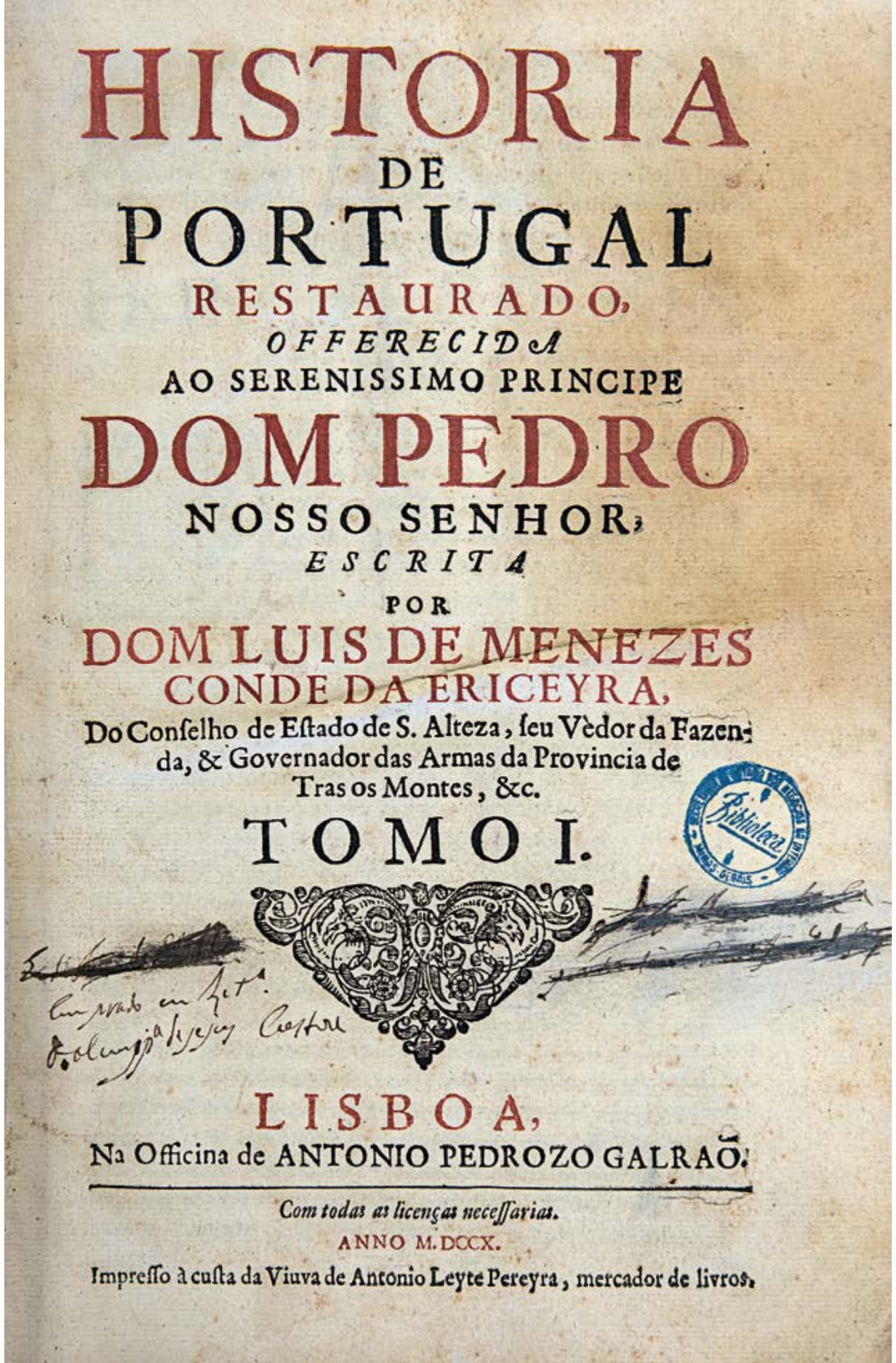
Entretanto, a importância de tal "tradição" não foi reconhecida por todos. Em 1973, Kenneth Maxwell desconsiderou o pretérito de insubordinação e contextualizou a Inconfidência como fruto das contradições da política econômica pombalina em relação a Minas Gerais, tendo germinado, portanto, a partir de meados do século XVIII.[6] Apesar do inegável impacto causado por essa obra na historiografia brasileira, sua interpretação não passou incólume. Em 1989, no ensejo das comemorações do bicentenário da Inconfidência Mineira e da Revolução Francesa, Laura de Mello e Souza questionou a leitura do brasilianista. Tendo em vista as diversas manifestações rebeldes que tiveram lugar na Capitania de Minas Gerais ao longo do Setecentos, a autora afirmou que a conjuração não decorrera do "mero capricho de oligarcas ansiosos por resolver questões pessoais de endividamento e de orgulho ferido". E propôs que tradições autóctones houvessem fomentado o episódio de 1789, para o qual teriam contribuído a insubordinação dos poderosos locais, antipatizados com o governo metropolitano, e a insatisfação popular.[7]

Feições da insurgência

A autora revisitou o tema pouco depois. Considerando encerrada em 1736 a etapa de revoltas organizadas, com os motins do sertão – que haviam sido estudados por Carla Anastasia[8] –, argumentou que, desde então, os conflitos adquiriram feição menos espetacular, mais surda, constante e disseminada no cotidiano das Minas, absorvendo outros tipos de comportamento desregrado, não vinculados a motins ou sublevações, e ainda outros grupos sociais, como vadios, escravos quilombolas e índios semidomesticados. Posta nesse cenário, a Inconfidência situava-se no interior de uma cultura política historicamente construída, de uma tradição em que "desde 1717, pelo menos, se falava em revolta" e que iria sobreviver mesmo além do martírio dos inconfidentes, como demonstrava um pasquim de 1798, afixado no arraial de Calhambau, na freguesia de Guarapiranga, no qual a figura de Tiradentes era evocada.[9] Luciano Figueiredo enfatizou essa linha interpretativa, advertindo que a historiografia havia "excessivamente isolado" a Inconfidência "das tensões e revoltas anteriormente verificadas nas Minas, que teve uma trajetória tão pródiga em protestos como nenhuma outra região colonial". Cabia preencher a lacuna, aproximando a conjuração "de uma suposta tradição contestatória no Brasil".[10]

No entanto, a proposta lançada por esses historiadores, validadora da relação entre a tradição de protestos coloniais e a Inconfidência, não deixou de distinguir esse evento de seus antecessores. Inserida nos quadros de uma "revolução atlântica", formada por inúmeros movimentos rebeldes que pipocaram entre 1770 e 1850 em diversas partes e sociedades do mundo ocidental – conforme detectaram Jacques Godechot e Richard Palmer –, a Conjuração Mineira constituía uma das manifestações da derrocada geral do Antigo Regime e de seu corolário colonial na América portuguesa, como definiu Fernando Novais.[11] Nesse sentido, ao mapear e caracterizar as três conjunturas de instabilidade política vivenciadas na colônia entre 1640 e fins do século XVIII – a primeira ligada ao contexto da Restauração Portuguesa (1640-1684), a segunda, à Guerra de Sucessão Espanhola (1708-38) e a terceira, à "revolução atlântica" –, Laura de Mello e Souza frisou que esse último momento realizava corte epistemológico em relação aos predecessores, na medida em que os episódios insurgentes do período haviam absorvido influências da Ilustração, da Revolução Americana (nítida no caso da Inconfidência Mineira) e da Revolução Francesa – tema debatido nas conjurações carioca de 1794 e baiana de 1798 –, pondo em xeque o próprio estatuto colonial, incisão política inexistente nas rebeliões de outrora.[12]

Aliás, o vínculo à Ilustração acentuou-se com a segunda edição dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*,


HISTORIA
DE
PORTUGAL
RESTAURADO,
OFFERECIDA
AO SERENISSIMO PRINCIPE
DOM PEDRO
NOSSO SENHOR;
ESCRITA
POR
DOM LUIS DE MENEZES
CONDE DA ERICEYRA,
Do Conselho de Estado de S. Alteza, seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.
TOMO I.
LISBOA,
Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRÃO.
Com todas as licenças necessarias.
ANNO M.DCCX.
Impresso à custa da Viuva de Antonio Leyte Pereyra, mercador de livros.

Folha de rosto da obra *História de Portugal Restaurado* do conde da Ericeira, Dom Luiz de Menezes. Lisboa: Na Officina de Antônio Pedrozo Galvão, 1698-1710. Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, Coleção Obras Raras – 751.19. Belo Horizonte/MG.

quando a personagem de Joaquim José da Silva Xavier foi incisivamente associada aos livros e obras iluministas que haviam circulado no meio inconfidente. A partir das notas de Tarquínio J. B. de Oliveira e de Herculano Gomes Mathias, despontou um Tiradentes com novo atributo, o de letrado ou ilustrado, equiparável aos poetas e eruditos do movimento, como Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga e o cônego Luís Viera da Silva. O contato do alferes com algumas obras de fundo iluminista, como o *Recueil*, referente à independência da América inglesa, e a *Histoire*, do abade Raynal, serviram de argumento para justificar o seu estatuto intelectual, habilitando-o à condição de leitor "ilustrado".[13] Nos anos 1990, um conjunto de artigos, escritos por vários historiadores, ratificou essa impressão.[14] Mas, no mesmo período, alguns trabalhos acadêmicos rivalizaram com a tendência. As dissertações de Ronald Polito e Joaci Pereira Furtado apontaram as "persistências" políticas localizáveis nas obras de Tomás Antônio Gonzaga.[15]

Em 1999, Luiz Carlos Villalta retomou a polêmica.[16] Posicionando-se a meio-termo, o autor argumentou que os inconfidentes haviam conjugado tendências políticas arcaicas, vinculadas à teoria corporativa da Segunda Escolástica, fincadas à tradição ibérica e lusitana, a novas influências decorrentes da Ilustração. Mapeando o que chamou de "origens intelectuais" da Inconfidência Mineira, Villalta analisou textos e livros produzidos ou circulantes no meio conjurado e construiu pontes de ligação entre as ideias aventadas por alguns inconfidentes e o conteúdo das obras que os haviam inspirado.[17] As observações de Villalta sobre a Inconfidência são notáveis, em mais de um aspecto. Constituem a primeira tentativa de perscrutar o movimento de 1789 em sua sustentação teórico-ideológica, identificando as premissas herdadas da tradição política portuguesa, como o ideário da Restauração de 1640, presente, por exemplo, no pensamento do cônego Luís Vieira da Silva, leitor de *História de Portugal Restaurado*, do conde de Ericeira, obra na qual se inspirou para justificar a projetada revolta e estabelecer o "modo de se fazerem os levantes".[18]

O teor compósito e vacilante da conspiração, dividida entre elementos arcaicos e modernos e, por isso, fragmentária e híbrida em sua ossatura social e ideológica, constitui o mote interpretativo desenvolvido por João Pinto Furtado, que pode ser considerado o fundador de uma historiografia de tipo revisionista acerca do tema. Ao contestar diversas versões consagradas e esmiuçar fatores pouco estudados, Furtado concluiu que a Inconfidência havia sido movimento heterogêneo, filho de tradições herdadas "do passado das Minas", conjugadas, porém, a elementos inovadores, "à proposta de um novo ordenamento político".[19] Tal ambivalência teria se refletido nas fissuras e contradições da própria conspiração, ao reunir indivíduos, propostas e interesses díspares, muitas vezes antagônicos entre si, que minaram a exequibilidade do levante e facilitaram o seu desmantelamento, antes mesmo de vir a ser executado.[20]

Considerando esse percurso historiográfico, reconhece-se hoje que a Inconfidência dialogou com tradições diversas e que não houve unidade ideológica em seu interior. Entretanto, embora admitidos, permanecem pouco conhecidos os compromissos assumidos pelo movimento junto ao passado de contestações e motins ocorridos em Minas Gerais. Ignoram-se igualmente os contatos, interpenetrações e fronteiras entre tal passadismo e os novos horizontes políticos gestados na segunda metade do século XVIII.

Boatos, vozes e murmurações

Entre os elementos constituintes das revoltas ocorridas nas Minas setecentistas, o mais recorrente e duradouro foi, sem dúvida, a eclosão de boatos,

vozes e murmurações. Comuns, em maior ou menor grau, a todos os episódios contestatórios do período, os rumores antecediam, constituíam e sucediam a atmosfera de instabilidade que caracterizou as diversas manifestações de rebeldia. Mas, afinal, o que eram as murmurações? Em que consistiam? Por que se tornaram tão corriqueiras em momentos de crise e turbulência política? Que interesses veiculavam?

A historiografia a respeito das sociedades de Antigo Regime captou a importância da oralidade, compreendendo que respondia às pressões de um meio formado, essencialmente, por pessoas iletradas, dependentes da linguagem oral como ferramenta insubstituível, requerida em todos os âmbitos da vida social, para a construção e reprodução de saberes, para a comunicação interpessoal, na fabricação da cultura, entre outros fins; e também como forma de expressão política.[21] As murmurações eram, simultaneamente, formadas e formadoras do que hoje denominamos "opinião pública", considerada em sua historicidade distinta dos padrões atuais da sociedade capitalista.[22]

Como forma de expressão política, os boatos estiveram desde cedo presentes na história de Minas Gerais. Foram fundamentais na divulgação dos achados auríferos, atraindo para a região migrantes alheios ao bandeirismo.[23] Ainda em fins do século XVII, a viagem realizada pelo governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, primeira autoridade régia a subir o "Eldorado", deixou impressão duradoura na memória local. Tendo permanecido pouco tempo, Meneses retirou-se farto de ouro. Conforme se murmurou, o governador "fez alto com a demora de alguns dias".[24] Apropriando-se de algumas datas escolhidas a dedo, "nelas, dizem, tirou trinta e tantas arrobas de ouro, com que foi muito rico para Lisboa".[25] Essa voz pode ser tida por inauguradora de um chavão, atento ao enriquecimento (nem sempre lícito) de governadores e funcionários régios nas Minas. Na década de 1730, dom Lourenço de Almeida, talvez o governador que maior vantagem financeira tenha auferido na passagem pela capitania, foi alvo de murmurações e cartas satíricas que o acusavam "de extorquir grandes somas dos vassalos, condenando-os à miséria".[26] Sentença semelhante ecoou nas palavras de Tiradentes, segundo as quais "estes generais, não vinham cá senão a buscar dinheiro" e "que cada governador que vinha, ia cheio, e que cada três anos vinha um com máquina de criados, indo todos cheios de dinheiro".[27]

O primeiro grande vozerio deflagrado nas Minas data do litígio entre paulistas e emboabas, em fins de 1708. Inúmeros boatos marcaram o desenvolvimento desse conflito. Uma voz, em especial, garantia que os naturais do Piratininga "juravam [...] passar a ferro frio todos os emboabas".[28] Outro murmúrio falava em dez mil armas de fogo que estariam sendo ajuntadas pelos moradores de São Paulo, na expectativa de socorrerem os seus conterrâneos e parentes de Serra Acima. Os paulistas pretendiam queimar os paióis de mantimentos, vedar os caminhos e ocupar as brenhas nos matagais, para darem guerrilha aos forasteiros, assassinando-os "com a fome" ou "com as armas".[29] Retenha-se a essência duradoura desses murmúrios. Essa voz de assassínio em massa foi versão pioneira de uma tipologia de boatos que se manteria viva. Em 1789, o denunciante Basílio de Brito Malheiro registrou que uns pasquins afixados na cidade de Mariana traziam o seguinte prognóstico: "tudo o que for homem do Reino há de morrer. E só ficarão algum velho e clérigos".[30]

O levante emboaba foi qualificado por um de seus protagonistas como justa reação às tiranias perpetradas por paulistas. Sublevados contra o "cativeiro em que se viam", desejosos de restaurar a sua "liberdade", enquanto homens "brancos e livres da escravidão", os forasteiros intentavam fixar "uma lei comum e

José Wasth Rodrigues (São Paulo, 1891 – Rio de Janeiro, 1957). *Uniformes dos Dragões Reais das Minas em 1730*. Aquarela e pena sobre papel, sem data. Desenho apenso aos originais da obra *A Força Pública Policial de Minas Gerais, entre 1831-1890*, de Teófilo Feu de Carvalho. Belo Horizonte, 1940. Arquivo Público Mineiro, Fundo Theóphilo Feu de Carvalho, Série Documentação textual – TFC-1; cx.02, doc. 07. Belo Horizonte/MG.

estabelecida para conservação de suas vidas, livres daquelas ruínas". Em vista disso é que sustentavam a aclamação de Manuel Nunes Viana e a nomeação de ministros e prepostos militares.[31] O argumento foi memorizado. No decorrer do século, outras vozes viriam repetir retórica semelhante, imputando à situação de "escravidão" o motivo justificador da revolta. Tiradentes, por exemplo, respaldava sua rebeldia na convicção de que "fazem de nós negros" (ou ainda: "nós a chorarmos como os negros"[32]), daí a urgência em "restaurar a nossa terra".[33]

Sucederam-se outras vozes significativas na Guerra dos Emboabas. A barreira imposta ao governador carioca Dom Fernando de Lencastre, por forasteiros liderados por Manuel Nunes Viana nas proximidades de Ouro Preto, em abril de 1709, teria propiciado a elocução da célebre fórmula discursiva que predizia morte às autoridades indesejadas e saudava com vivas o povo, o rei ou outra pessoa ovacionada, liturgia de insubordinação que tornaria a se repetir copiosamente desde então.[34] Em 1714, outro governador, Dom Brás Baltasar da Silveira, cercado por grupo de vassalos contrários à cobrança dos quintos pelo método das bateias, ouviu o brado: "Viva o Povo!".[35] Na revolta de Vila Rica em 1720, acrescentou-se: "Viva o povo, senão morra!".[36] E, nos Furores Sertanejos de 1736, o grito ganhou mais de uma versão.[37] O ritual chegou até 1789. Ali, os conspiradores planejaram que a revolta se iniciaria por um "Viva o Povo" enunciado pelo tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada.[38]

Além de certos conteúdos recorrentes, as escaramuças entre paulistas e forasteiros demonstraram o papel catalítico das murmurações como arma de mobilização política e social.[39] Adriana Romeiro argumentou que a vitória emboaba se deveu, em grande medida, ao controle da boataria. Essa função política das murmurações repetir-se-ia nos motins que viriam a seguir.[40] E há motivo para pensar-se que, em 1789, a expectativa em torno da deflagração de um levante estivesse apoiada na circulação de boatos, especialmente daqueles referentes à cobrança da derrama, tema que foi alvo de especulações várias e que esteve na origem da conjuração.[41]

Na década de 1710, outro conjunto de vozes, com tipologia distinta, veio a se manifestar. A constituição dos órgãos de poder metropolitanos coincidiu com a circulação de boatos em diversas esferas. Em 1711, difundiu-se a notícia de que uma revolta escrava havia sido conspirada em Furquim, nas proximidades do ribeirão do Carmo. A publicidade do caso incentivara a difusão de boatos, segundo os quais outros africanos teriam urdido armadilha semelhante, com objetivos maiores, almejando a matança de seus senhores imediatos e de "muitos mais vizinhos", também no distrito de Furquim.[42] Desde então, boatos de rebeldia escrava adentraram, para nunca mais sair, o rol linguístico das murmurações mineiras. O caso mais lembrado ocorreu em 1719, quando se tornou público o rumor de uma suposta conspiração escrava programada para a quinta-feira de Endoenças, na Semana Santa. Em fins do século XVIII também existiram receios nesse sentido.

Os pasquins avistados por Basílio de Brito Malheiro em Mariana haviam sido assinados por negros quilombolas. Além disso, um sapateiro mulato, detido por suspeita de envolvimento na conspiração, enunciou numa taverna de Matosinhos a seguinte frase sediciosa: "Estes branquinhos do Reino, que nos querem tomar a nossa terra, cedo os havemos de deitar fora dela", cujo conteúdo causou reparo, tornando-se alvo das investigações.[43] Murmurou-se ainda que, entre os planos estabelecidos pelos inconfidentes, constasse a norma de que escravos fiéis ao novo regime ganhariam o direito de assassinar senhores recalcitrantes "obtendo com isso carta de alforria".[44]

Julius Kaukal (Viena, 1897 – Belo Horizonte, 1995). *Retrato do alferes Silva Xavier, o Tiradentes*. Aquarela, 1955. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

Renato de Lima (Ouro Preto, 1893 – Belo Horizonte, 1978). *Suplício de Felipe dos Santos*. Bico de pena, 1936. Arquivo Público Mineiro, Fundo Família Augusto de Lima. Belo Horizonte/MG.

Boatos do quinto

São também dos anos 1710 os primeiros boatos relativos à cobrança do quinto. Em 1718, em meio a uma série de motins contrários à fundação de uma vila no arraial de Papagaios, no rio das Velhas, divulgou-se o rumor de que Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, o conde de Assumar, governador da capitania (1717-1721) havia imposto taxa adicional de dez por cento sobre cada escravo de Minas, tendo em vista uma nova alíquota do quinto. O boato deu causa ao estalar de motins em Caeté e Morro Vermelho.[45] O governador foi aconselhado a publicar bandos desmentindo o boato dos dez por cento. No entanto, considerou que, "se desse tão pública satisfação", estaria demonstrando "público receio". Vale dizer: caso respondesse abertamente aos clamores, tornar-se-ia vulnerável ante eles. Fiando-se na falsidade do vozerio, preferiu adotar diligências "sub-reptícias, que não apareciam em público". Dessa forma, escreveu cartas particulares a poucos indivíduos e a alguns capitães-mores de vilas, rogando-lhes persuadissem os moradores de seus distritos sobre a inverdade do boato. A tática surtiu efeito, pois, em seguida, as línguas amainaram suas extrapolações.[46]

Porém, em 1720, os boatos não puderam ser controlados. A série de revoltas deflagradas em rejeição às casas de fundição proporcionou uma sucessão impressionante de vozes. Após o primeiro motim, divulgou-se que o governador planejava punir todos os moradores de Vila Rica que houvessem tomado parte na manifestação.[47] O governador desmentiu o rumor, dirigindo cartas a certos indivíduos da vila. Tal como sucedera nos motins da Barra do Rio das Velhas, quando as murmurações sobre o quinto se aplacaram por meio de missivas dirigidas a particulares, Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos evitava dar resposta pública e formal aos boatos, preferindo agir "sub-repticiamente". Todavia, a tática mostrou-se inútil e novo motim adveio pelo mesmo motivo.

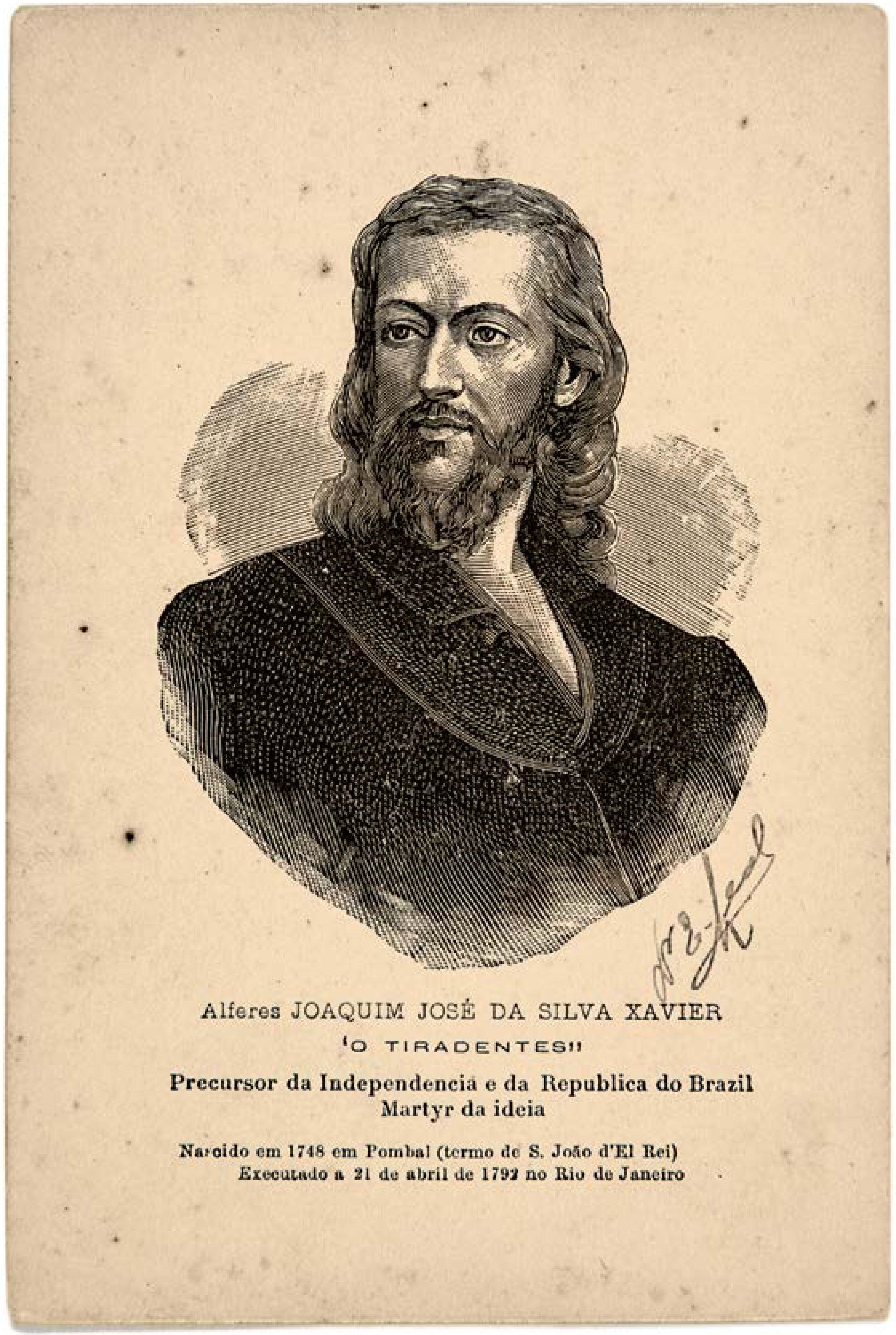
Diante disso, o conde de Assumar convocou junta de procuradores na Vila do Carmo, a fim de deliberar sobre o perdão formal aos revoltosos, enfim, publicado. Na mesma ocasião, também remeteu a Vila Rica o padre jesuíta José de Mascarenhas, com missão de pregar aos povos a urgência da pacificação. Mas nenhuma medida alcançou bom termo. Segundo o *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, tanto do perdão quanto das palavras do padre "zombou o povo, incitado dos agentes dos cabeças". Os emissários da desordem faziam crer aos moradores "que o conde, em todas as suas ações, não levava outro fim mais que enganá-los".[48] A 4 de julho, eclodiu novo motim, motivado pelo boato de que, por causa dos levantes precedentes, Assumar maquinava prejudicar os moradores de Vila Rica, delegando-lhes o pagamento de todo o montante do quinto, isto é, 30 arrobas de ouro. Circularam, igualmente, murmurações a repetir dúvida quanto ao perdão, insinuando que o general conde de Assumar não validaria sua palavra.

Frente a tais ardis, o governador se viu impelido a recapitular o diálogo com a boataria, lançando outros editais que confirmavam o indulto e desmentiam o melindre das 30 arrobas sobre Vila Rica.[49] Mas os documentos haviam se tornado inócuos. As desordens prosseguiram até o dia 12 de julho, quando se conseguiu, por meio da força, sufocar o movimento, prender seus principais líderes e arrasar o morro do Ouro Podre.

Nem assim os rumores cessaram. Consecutivamente, pipocaram vozes críticas à conduta do governador. Rumores prediziam-lhe uma pena de excomunhão.[50] Os presos, levados para o Rio de Janeiro, de lá fomentavam notícias a julgarem seu algoz, acusando-o de "tirania insensata".[51] O mesmo vozerio estabelecera já a inocência dos réus, prometendo-lhes a soltura próxima, "sussurros que conduziam o governo ao desassossego". Passados alguns meses de vigência dessas murmurações, o ambiente da capitania voltava a fervilhar: "intestinamente, [estavam] os ânimos não menos levantados que estiveram".[52] Sobre as cinzas fumegantes do morro da Queimada, prorromperam murmurações em desafio à autoridade. Laborava-se, ali, quase imediatamente, a tradição oral que viria a cristalizar-se nas Minas acerca dos acontecimentos de 1720, segundo a qual o governador se utilizara de traição tirana, promulgando perdões para depois punir com impiedade.[53]

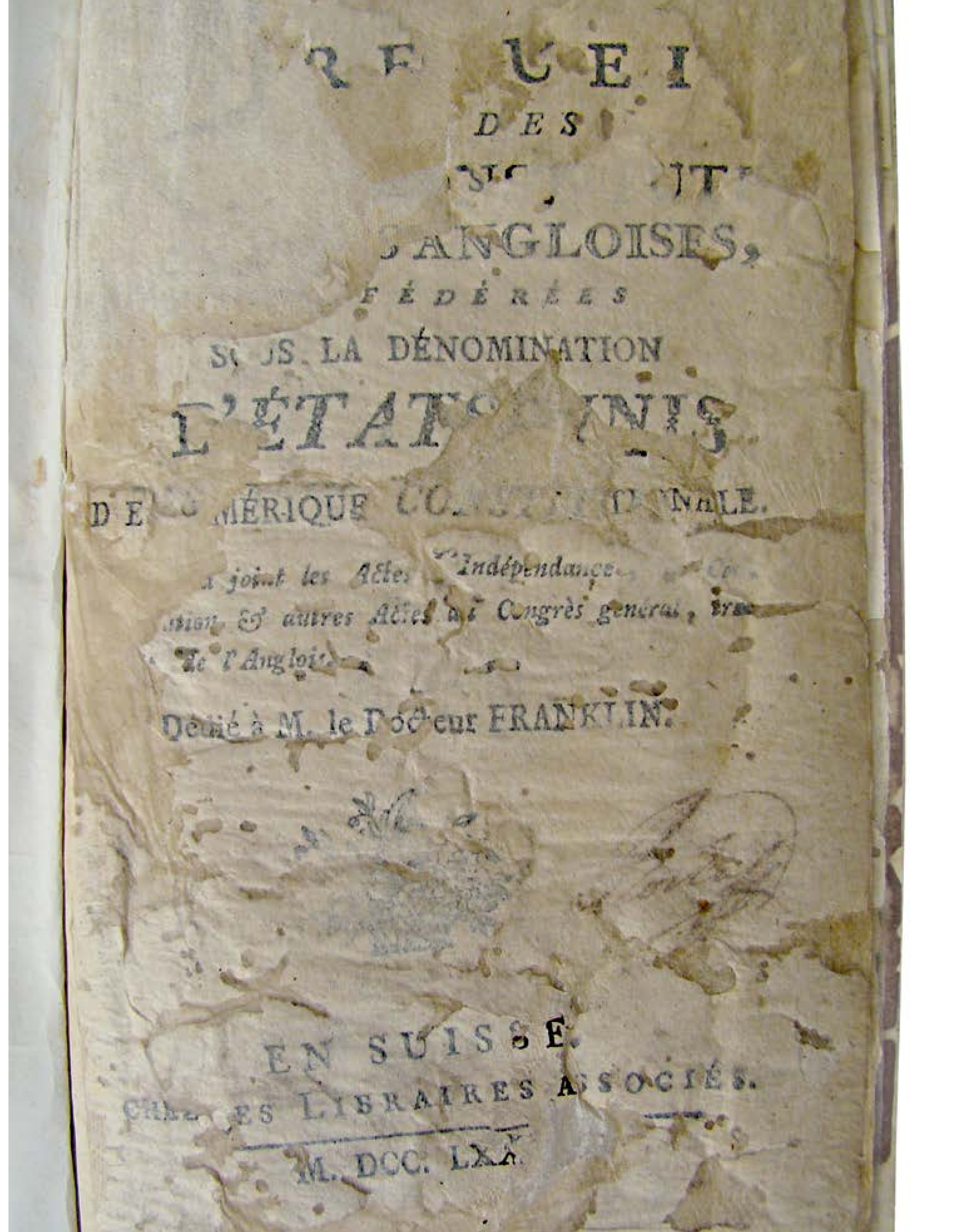
Tais vozes depreciativas da conduta de Assumar inauguravam outro lugar-comum duradouro. Dali em diante, os governadores da capitania teriam suas ações julgadas publicamente por moradores, como hábito de conversação rotineira. Embora se possam achar raízes mais remotas para a prática, o ano de 1720 parece marcar data fundamental quanto à sistematização dessa retórica.[54] Quase sete décadas depois, maledicências em torno de Luís da Cunha Meneses e do visconde de Barbacena respaldavam boa parte dos discursos proferidos por Tiradentes.[55]

Entre a Revolta de Vila Rica e os Furores Sertanejos constituiu-se uma linguagem política articulada por meio da oralidade. As murmurações mineiras haviam acumulado ao longo de quatro décadas preocupações que se repetiam insistentemente. Um discurso oral recorrente, com tópicos já formulados e desenvolvidos, parecia circular entre os moradores, veiculando-se de maneira distinta conforme as ocasiões e os grupos sociais. Potentados, senhores escravistas, grandes comerciantes e mineradores envolviam-se em debates sobre a metodologia dos impostos, a perda de prerrogativas de mando, interferências de agentes governamentais, problemas ligados a contratos e licenças comerciais. Ao povo miúdo, por outro lado, eram especialmente sensíveis o enriquecimento ilícito de funcionários, a cobrança desigual de taxas e tributos, o monopólio sobre produtos de primeira necessidade, abusos de justiça cometidos por ministros.



Retrato idealizado do alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes. Gravura em baralho pedagógico, sem data.
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Museu da Escola Anamaria Casasanta, Belo Horizonte/MG.

Folha de rosto da obra *Récueil des lois contitutives des Étas Unis d'Amerique*. Exemplar que se encontrava apenso aos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, foi doado em 1806 por Mello Morais, diretor da Biblioteca Nacional, à Biblioteca Pública de Santa Catarina, tendo sido doado ao Museu da Inconfidência pelo governador de Santa Catarina, Espiridião Amim em 1984. Museu da Inconfidência, Ouro Preto/MG.


RECUEIL
DES
... ANGLOISES,
FÉDÉRÉES
SOUS LA DÉNOMINATION
D'ÉTATS-UNIS
DE L'AMÉRIQUE ...
... joint les Actes ... Indépendance ...
... & autres Actes ... Congrès général, ...
... l'Anglois.
Dédié à M. le Docteur FRANKLIN.
EN SUISSE.
CHEZ LES LIBRAIRES ASSOCIÉS.
M. DCC. LXX...

Bases orais da Inconfidência

Ao longo do Setecentos, a oralidade impregnou todos os grupos sociais na Capitania de Minas, desde o rico potentado até o mais insignificante escravo, cliente ou vadio. Resultante do analfabetismo e da pouca inserção no universo letrado, a cultura oral refletiu ali a sociedade de Antigo Regime, que reservava às murmurações papel fundamental no encaminhamento e na resolução de conflitos.

O ponto de contato mais importante na relação entre os sussurros populares e as vozes da elite acontecia quando as murmurações ganhavam difusão em rede, transmitindo-se dos poderosos a agregados e escravos para, enfim, ganhar o ambiente público da sociedade.[56] Nesse sentido, a primeira metade do século XVIII pode ser vista como época em que as vozes inferiores e superiores obtiveram maior proximidade política. Intimadas por problemas comuns e influenciadas pela conjuntura de formação institucional da capitania, as vozes desse período conjugaram interesses ambivalentes da "ínfima plebe" e dos "cabeças". Nos conflitos eclodidos até 1750, a opinião pública mineira esteve fortemente caracterizada por rumores propagandeados em rede, que obedeciam à lógica clientelar. O poder dos potentados capacitava-os a influenciar a formulação, a divulgação e a recepção de mensagens públicas, tumultuando o ambiente local conforme as tensões em jogo num determinado momento.

Posto que as murmurações se ramificassem, todos os grupos sociais, e não só os integrantes da rede, tornavam-se interlocutores do debate. Essa tipologia de comunicações se fez presente nos embates da década de 1710, na revolta de Vila Rica (1720) e nos Furores Sertanejos (1736). Constituindo uma perigosa e polêmica comunidade de sujeitos falantes, as vozes proferidas em rede estendiam sua rivalidade para além dos limites do grupo clientelar e atingiam os demais membros da sociedade, arregimentando-os sob uma mesma conversa. Entretanto, isso não implicou que o conjunto de vozes dialogasse em uma única linguagem. Existiram camadas discursivas variadas, que podiam conjugar significados políticos e sociais específicos. Na revolta de 1720 e nos motins de 1736, alguns interesses de fundo popular mantiveram-se na ponta das línguas rebeldes e só episodicamente coincidiram com as aspirações dos grupos de poderosos que capitanearam as sobreditas desordens. Justapostas e congruentes, as motivações populares puderam se juntar às reivindicações dos potentados; mas o fizeram resguardando para si certo papel autônomo de participação política.[57]

A partir de 1750, a conjuntura da capitania modificou-se no bojo das ações reformistas do período pombalino, em que setores mais abrangentes da elite local se incorporaram à política econômica metropolitana. Absorvidos e cooptados nos cargos administrativos e fazendários da monarquia, os poderosos de Minas, antes insubmissos contra a autoridade régia, passam a devotar mais respeito pela ordem institucional. Enquanto isso, na base da sociedade, escravos, libertos, pobres e vadios enredavam-se num mundo violento e desigual, em que as oportunidades de inserção eram poucas.[58]

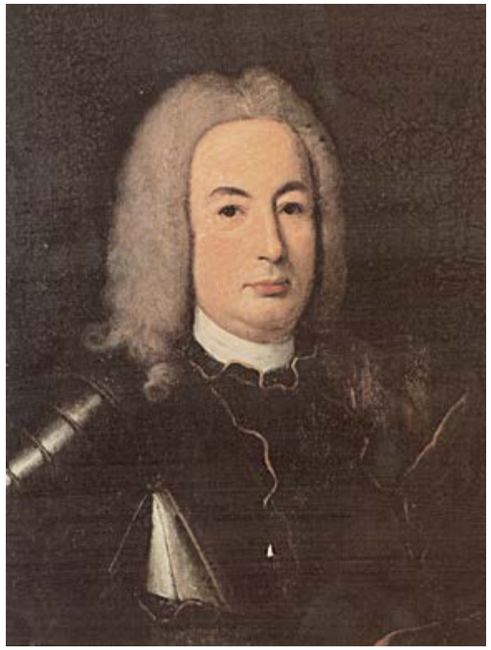
Deste ponto de vista, a segunda metade do século estabeleceu distanciamento mais significativo entre os murmúrios populares e as maquinações dos potentados. Cada vez mais seduzidas pelas benesses da monarquia, as elites mineiras cindiram sua antiga aliança com os grupos populares, abandonando-os à própria sorte. Desde então, os murmúrios da gente miúda perderam sua vertente política organizada, expressa em motins ou revoltas, para ficarem reservados ao espaço abafado do cotidiano.[59] Na ponta de cima, os grupos rivais digladiavam-se internamente pelo controle de oportunidades disponíveis. As inconfidências deflagradas na segunda parte da centúria em Curvelo, Mariana e Sabará, antecessoras da conspiração de Tiradentes, resultaram desse processo, assim como o choque sucedido na década de 1780, quando a rede ligada ao governador Luís da Cunha Meneses imiscuiu-se nos interesses então controlados por alguns dos futuros inconfidentes.[60]

Toda essa gama de conflitos encontrou vazão durante os eventos da Inconfidência Mineira. Neles, atuaram as duas vertentes da opinião pública, historicamente constituídas em Minas Gerais. Os murmúrios mais uma vez readquirem sua difusão em rede, travando concorrência com os sussurros populares, ligados ao cotidiano conflituoso da capitania. Mas, se no passado, a confluência dessas murmurações resultou na eclosão de revolta ou motim, em 1789, a situação não foi a mesma. Separados, agora, por barreiras culturais e por interesses sociais divergentes, poderosos e populares não dialogaram a mesma conversa.

O contato mais complexo e significativo entre os da tradição contestatória mineira, de raiz oral, e os novos elementos políticos decorrentes da Ilustração e do contexto de crise das relações coloniais condensou-se nas falas de Tiradentes. Como um "semi-clérigo" – adjetivo que lhe foi dado à época por um de seus interlocutores, no intuito de associar suas falas à retórica dos padres[61] –, o alferes explorou melhor que ninguém o submundo comunicativo das Minas, onde nasciam os boatos e as murmurações. As maledicências sobre a atuação dos governadores, as acusações de despotismo e de insolências à terra, os boatos depreciativos, tudo isso faz lembrar uma história em longa duração na capitania do ouro. Nessa história, são divulgadas as críticas políticas às formas de exercício do poder no Antigo Regime. Se grande parte dos motins ou sublevações ocorridos no Brasil durante a Época Moderna fez-se acompanhar de murmurações referentes à atuação dos funcionários régios, aos abusos de poder ou aos arrochos da carga fiscal, em 1789, todos esses fatores estiveram presentes, sendo pronunciados e explorados pela língua mordaz de Silva Xavier.[62]

Entretanto, Tiradentes não foi apenas reprodutor de um discurso decorado. Sua linguagem oral não esteve alheia a contatos e influências externas. Ao contrário, ele criativamente recolheu e conjugou entre si elementos diversos, que tinham a ver com sua habilidade de síntese e de inovação. Seus discursos inseriram novidade no vocabulário político de seu tempo. A principal foi, sem dúvida, a ideia de ruptura política em relação a Portugal, tendo sido Tiradentes o primeiro sujeito histórico de Minas a pronunciar, em público e de maneira articulada, argumento justificador de um rompimento dos laços coloniais que ligavam a capitania ao Império português. O alferes sabia ler e escrever em língua portuguesa. Jamais passara por escola, tampouco frequentara universidade, mas fora alfabetizado, ainda criança, por seu padrinho Sebastião Ferreira Leitão, um cirurgião-dentista registrado, que lhe ensinara também as artes do ofício odontológico.[63] O sequestro de seus bens levantou a posse de quatro livros, mas omitiu títulos e autores.[64] Da cultura letrada e do contato que teve com ela, Tiradentes absorveu e processou conteúdos alheios ao universo oral e analfabeto que dominava amplamente seu meio social. Às vésperas de sua detenção, solicitava traduções de trechos da obra *Recueil des Loix Constitutives des Colonies Angloises*, símbolo da independência norte-americana. Há indícios de que também tivera contato com a *Histoire des deux Indes*, do abade Raynal.[65] Ultrapassando a velha fórmula de ataque ao mau governo e de preservação da soberania régia, o exemplo da América inglesa sugeria que aqueles itens de descontentamento poderiam, *agora*, justificar uma ruptura completa dos laços políticos que ligavam as Minas ao Império português.

Expressando um novo "lance" discursivo, a referência à independência norte-americana provocou estranhamento ou constrangimento aos ouvintes de Tiradentes, como se estivessem diante de um argumento inusitado



Retrato de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, Marquês de Alorna e Conde de Assumar. Autor desconhecido. Portugal, século XVIII. Óleo sobre tela. Acervo Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Lisboa, Portugal. In: Catálogo da exposição *Brasil-brasis: cousas notáveis e espantosas – a construção do Brasil, 1500-1825*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, coord. Ana Maria Rodrigues. Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 2000.

Retrato do Visconde de Barbacena, 1886. Honório Esteves (Santo Antônio do Leite, MG, 1860 – Mariana, MG, 1933). Óleo sobre tela, 50 x 60 cm. Museu Mineiro, Coleção Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG.

ou desconhecido no interior da linguagem de protesto das Minas.[66] Estranho aos ouvidos, esse novo argumento ajudou a fixar a imagem negativa, com a qual a personagem foi muitas vezes descrita por seus interlocutores. Uma das testemunhas, ao qualificá-lo publicamente como "louco", emendou logo o motivo: "a razão por que o tratavam de louco" era por "ele lhes estar dizendo que os povos de Minas podiam viver independentes de Portugal".[67]

A Inconfidência reatualizou boatos, enunciados, retóricas e discursos que haviam povoado o vocabulário político ao longo do Setecentos. Foi, nesse sentido, uma longa inconfidência, tributária da cultura política essencialmente oral construída ao longo da colonização das Minas. Alguns desses lugares-comuns, como os boatos sobre o quinto, as críticas ao enriquecimento de funcionários régios – especialmente governadores, mas não só – e os rumores de rebeldia escrava, entre outros, tinham acentuada entonação local, resultante das especificidades históricas das Minas. Formavam uma espécie de sotaque político. Outros chavões, como as frases proferidas durante outras insurgências, eram comuns às diversas partes da América portuguesa e alhures. Isso não significa, evidentemente, que uma linguagem regional ou nacional estivesse em gestação, teleológica e anacrônica, como já se pensou.

Por outro lado, avaliar as fronteiras entre tal tradição e o novo contexto político propiciado pela Ilustração e pelas revoluções que desestruturaram o Antigo Regime não é tarefa fácil. Contudo, no caso da Conjuração Mineira, houve certa pressa em filiar-se o movimento às ideias ilustradas e à conjuntura de crise das relações coloniais. Quis-se enfatizar, aqui, a onipresença da oralidade, formadora de boa parte das falas que vieram a ressoar na conjuração. Mas, como se viu quanto aos discursos proferidos por Tiradentes, essas falas dialogaram, em 1789, com novos elementos políticos externos (ou estranhos) à linguagem, revitalizando seu teor compósito. Talvez, uma abordagem promissora das chamadas inconfidências ou conjurações de fins do século XVIII e início do XIX consista na compreensão das ambivalências entre leitura e oralidade, das relações entre a tradição de insurreições coloniais e o novo vocabulário político emergente.

RESUMO | O artigo propõe a leitura de uma "longa" Inconfidência Mineira, com base nas vozes e murmurações orais veiculadas em revoltas ocorridas nas Minas setecentistas. Argumenta-se que a conjuração de 1789 dialogou com certa linguagem política de raiz oral ao mesmo tempo que travou contato com novas ideias políticas decorrentes da Ilustração e do contexto de crise das relações coloniais.

ABSTRACT | The article argues for a longer historical perspective on the conspiracy called the "Inconfidência Mineira", a separatist movement that took place in the State of Minas Gerais in 1789, suggesting that its roots can be found in oral expressions used as political language during the XVI century, while also being influenced by new political ideas arising from the crisis in colonial relations occurring at the time.

Notas |

1. Sobre a crítica à leitura marxista da Revolução Francesa, ver COBBAN, Alfred. *A interpretação social da Revolução Francesa*. Lisboa: Gradiva, 1988. FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. SOLÉ, Jacques *A Revolução Francesa em questões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

2. INSTRUÇÃO para o Visconde de Barbacena. ADIM (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*). Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976-2001. 11 v; v. 8, p. 41-105. Sobre a suspensa da derrama, ver GASPAR, Tarcísio de Souza. Derrama, boatos e historiografia: o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira. *Topoi*, v. 11, n. 21, p. 51-73, jul.-dez. 2010.

3. SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira*: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. p. 43; 113.

4. IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio. In: SANTOS. *A Inconfidência Mineira,* p. 8.

5. RODRIGUES, José Honório. De Tiradentes à Independência. In: RODRIGUES, José Honório. *História: Corpo do Tempo.* São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 75.

6. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da Devassa* – a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 14.

7. SOUZA, Laura de Mello e. Os ricos, os pobres e a revolta nas Minas do século XVIII (1707-1789). *Análise & Conjuntura. Inconfidência Mineira/ Revolução Francesa/Bicentenário. 1789/1989*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2-3, p. 35-36, maio-dez. 1789.

8. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Sedição de 1736*: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1982. Da mesma autora, *Vassalos rebeldes*: violência coletiva nas Minas da primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

9. SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 347-366.

10. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Painel Histórico. In: FILHO, Domício Proença (Org.). *A poesia dos Inconfidentes*: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

11. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 169-170. Ver ainda FALCON, Francisco José Calazans. A historiografia da Revolução Francesa – perspectiva de uma polêmica sem fim. *Análise & Conjuntura*, v. 4, n. 2, 1989. p. 301.

12. SOUZA, Laura de Mello e. Motines, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos XVII y XVIII. In: UNESCO. *Historia General de América Latina: processos americanos hacia la redefinición colonial*. Paris: Ediciones Unesco, 2000. v. 4, p. 459-473.

13. SOUZA, Rafael de Freitas e. *Combate nas Luzes*: a recepção e leitura do Recueil pelos inconfidentes mineiros. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Do mesmo autor, *O Tiradentes leitor*. Viçosa: Suprema, 2008.

14. PAULA, João Antônio de. A Inconfidência Mineira: revolução e limites. *Análise & Conjuntura: Inconfidência Mineira/ Revolução Francesa: Bicentenário 1789/1989*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2 e 3, p. 37-49, maio-dez. 1989. VENTURA, Roberto. Leituras do abade Raynal na América Latina. In: COGGIOLA, Oswaldo (Org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*: simpósio internacional. São Paulo: Nova Stella; Edusp; Brasília: CNPq, 1990. p. 165-180. QUIRINO, Célia Galvão. Inconfidentes Mineiros: versos ternos. Palavras Duras. COGGIOLA (Org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*, p. 273-284. ROUANET,

Sérgio Paulo. As Minas iluminadas: a Ilustração e a Inconfidência Mineira. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; FILHO, Oswaldo Munteal. Prefácio: a propósito do abade Raynal. In: ABADE RAYNAL (Guillaume-Thomas François Raynal). *A Revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p. 1-47. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. A disputa pela história: traços inscritos na memorialística histórica mineira dos finais do setecentismo. *Varia História*, n. 20, p. 60-77, mar. 1999.

15. POLITO, Ronald. *A persistência das idéias e das formas*: um estudo sobre a obra de Tomás Antônio Gonzaga. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. FURTADO, Joaci Pereira. *Uma república de leitores*: história e memória na recepção das 'Cartas Chilenas' (1845-1989). São Paulo: Hucitec, 1997.

16. VILLALTA, Luiz Carlos. Leituras e Inconfidência (1789). In: VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*: usos do livro na América portuguesa. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 453-509.

17. VILLALTA, Luiz Carlos. Origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais*: as Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia Tempo, 2007. v. 2, p. 579-607.

18. VILLALTA. Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 497-509.

19. FURTADO, João Pinto. A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime? In: RESENDE; VILLALTA (Org.). *História de Minas Gerais*, v. 2, p. 630.

20. FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

21. LEFEBVRE, Georges, *O Grande Medo de 1789*: os camponeses e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Campus, 1979. GOODY, Jack; WATT, Ian. The consequences of Literacy In: GOODY, Jack (Ed.). *Literacy in Tradicional Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. p. 27-68. GOODY, Jack. *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Edunesp, 1993. RAMOS, Donald. A voz popular e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995. p.137-155. FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Lisboa: Teorema, 1999. DARNTON, Robert. Uma precoce sociedade da informação: as notícias e a mídia em Paris no século XVIII. *Varia História,* v. 25, p. 9-51, 2001. NEVES, Guilherme Pereira das. Murmuração. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 416-417.

22. Sobre o conceito de opinião pública, ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 41. DARNTON. Uma precoce sociedade da informação, p. 9-10.

23. CÓDICE COSTA MATOSO (CCM). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 1, p. 174; 231; 251.

24. CCM, p. 222.

25. CCM, p. 190.

26. ROMEIRO, Adriana. O enterro satírico de um governador: festa e protesto político nas Minas setecentistas. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa*: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2000. v. 1, p. 301-309.

27. ADIM, v. 5, p. 471; v. 1, p. 229.

28. FONSECA, Manuel da. *Vida do venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. p. 208.

29. CARTA de dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre ao Rei. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por MELLO. *Emboabas,* p. 248-254; p. 250.

30. ADIM, v. 1, p. 105.

31. CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por MELLO. *Emboabas*, p. 241.

32. ADIM, v. 1, p. 103-104.

33. ADIM, v. 1, p. 103-104, 229.

34. CCM, p. 219; 223. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 88.

35. APM, SC 04, fl. 194.

36. *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 143.

37. Um requerimento postulado em São Romão a 6 de julho de 1736 foi saudado por rebeldes que, colocando-se de pé e numa só voz, bradaram: "viva El Rei de Portugal Dom João o quinto, e todos os seus vassalos". Mas, do lado de fora do cartório onde esse documento era assinado, grupos populares liderados por um mameluco entoavam: "vivas do Povo e morram traidores". Lembre-se o episódio do rapaz antipático à revolta que, pressionado a dizer "viva o Povo", retorquiu, altivo, com um "viva El-Rei", no que foi alvejado de tiro e "persuadindo-o os amotinados terceira e quarta vez para que dissesse viva o povo sempre respondeu constante viva el rei, até que o mataram com três tiros, e algumas facadas acabando mártir pelo seu Rei". E houve ainda o célebre vaticínio pronunciado na madrugada de quarta-feira de 30 de outubro de 1737, na Vila do Carmo, por um "mulatinho" que vagueara a gritar "em vós alta e nas ruas mais públicas": "Viva El Rei, Viva o Povo, e morra Martinho de Mendonça", governador interino que havia sufocado as desordens sertanejas. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 10, fl. 38-39; 204-209; 280-284. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 1, 1896, p. 664.

38. ADIM, v. 2, p. 178. Nos *Autos*, há diferentes versões sobre o ritual que deveria dar início ao levante. Alguns relatos apontam que cabia a Tiradentes dar o grito de alarme. Nos depoimentos de Domingos Vidal de Barbosa existem duas variáveis para a elocução rebelde a ser pronunciada pelo alferes: "Viva a República" e "Viva a Liberdade". Inácio José de Alvarenga e uma carta anônima que descrevia os planos da revolta enfatizaram que a sentença seria "Viva a Liberdade". Entretanto, o próprio coronel Francisco de Paula declarou que "quando ouvisse gritar *viva o povo* saísse", confirmando o depoimento dado por Vitoriano Gonçalves Veloso. O acórdão dos Juízes da Devassa consagrou a versão de que o levante "devia principiar gritando o réu Tiradentes com os seus sequazes uma noite pelas ruas de Vila Rica – Viva a Liberdade – [...] que então o réu [Francisco de Paula Freire de Andrada] formaria a tropa, mostrando ser com o fim de querer combater a sedição e motim, e a manejaria com arte e destreza, enquanto o réu Tiradentes não chegava com a cabeça do general, e à vista dela perguntaria o réu [Francisco de Paula] o que queriam, e respondendo-lhe os conjurados que queriam a liberdade, então o réu lhes diria que – a demanda era tão justa, que não devia opor-se". ADIM, v. 1, p. 214-215; v. 2, p. 178, 465; v. 4, p. 147; v. 5, p. 173; 120-121; v. 7, p. 208-209; 243; v. 9, p. 35.

39. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros*: de como meter as minas numa moenda e retirar-lhe o caldo dourado – 1693-1737. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 87.

40. ROMEIRO, Adriana. A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE; VILLALTA (Org.). *História de Minas Gerais*, v. 1, p. 529-548; p. 544.

41. GASPAR. Derrama, boatos e historiografia, p. 51-73.

42. CARTA do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao Rei de Portugal. Minas Gerais, 7 de agosto 1711. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas,* p. 264-268; 266.

43. ADIM, v. 4, p. 131. A respeito deste episódio, ver GASPAR, Tarcísio de Souza. A taverna e o sapateiro: devassa, metodologia e historia social da comunicação. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org.). *Espelhos deformantes*: fontes, problemas e pesquisas em História Moderna. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2008. p. 117-138.

44. ADIM, v. 9, p. 35.

45. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* v. 5, p. 211-220; p. 214, 1900.

46. GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no chão*: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Annablume, 2011. p.76-77.

47. *Discurso Histórico e Político*..., p. 97.

48. *Discurso Histórico e Político*..., p. 101.

49. *Discurso Histórico e Político*..., p. 111.

50. *Discurso Histórico e Político*..., p. 159.

51. VASCONCELOS. *História Antiga...,* p. 316.

52. ANASTASIA. *Vassalos rebeldes,* p. 49.

53. Quanto às diferentes percepções sobre a conduta de Assumar na repressão ao movimento, ver CCM, p. 209, 247. COSTA, Cláudio Manuel da. Fundamento histórico. Texto consultado na internet. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_%28Cl%C3%A1udio_Manuel_da_Costa%29/Fundamento_Hist%C3%B3rico>. Acesso em: 23/02/2008. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*: Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 139. INSTRUÇÃO para o Visconde de Barbacena. ADIM, v. 8, p. 41-105.

54. Sobre o papel da crítica a governadores em contextos rebeldes, ver FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 63-64.

55. GASPAR, Tarcísio de Souza. "E nós a chorarmos como os negros" ou a linguagem política de Tiradentes. *Revista de História Comparada*, v. 5, p. 1-33, 2009.

56. Sobre o conceito de rede, ver: XAVIER, Angela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel (Coord.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4, p. 381-392.

57. Pontos de vista semelhantes na apreciação do grau de autonomia dos interesses populares são trabalhados por FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No Sertão, a revolta*: grupos sociais e formas de contestação na América Portuguesa, Minas Gerais – 1736. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

58. MAXWELL. *A devassa da Devassa,* p. 84-107.

59. SOUZA. Os ricos, os pobres e a revolta nas Minas do século XVIII, p. 35-36. Da mesma autora, Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 347-366.

60. Sobre as inconfidências sucedidas no período pombalino, ver CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas palavras*: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

61. ADIM, v. 1, p. 230-231.

62. OLIVEIRA, Antônio de. A revolta Popular. In: OLIVEIRA, Antônio de. *Poder e oposição política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1992. p. 161-225. FIGUIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O Império em apuros. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos*: Minas gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. VILLARI, Rosário. Revoluciones periféricas y declive de la Monarquia Española. In: ELLIOTT, J. H. (Org.). *1640*: la monarquia hispânica en crise. Barcelona: Centre D'Estudis D'História Moderna Pierre Vilar; Editorial Crítica, 2002. p. 169-182.

63. JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira*: uma síntese factual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p. 63.

64. TRASLADO do sequestro feito ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. ADIM, v. 6, p. 58.

65. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; FILHO, Oswaldo Munteal. Prefácio. In: ABADE RAYNAL. *A Revolução da América*, p. 1-54.

66. POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

67. ADIM, v. 4, p. 59.

Tarcísio de Souza Gaspar é professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSuldeMinas) e doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. O autor agradece a Luciano Figueiredo por sua valiosa contribuição à redação deste texto.
E-mail: tarcisio.gaspar@gmail.com